

**UMA ANÁLISE DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS DA ENTRADA DO BRASIL
NO ACORDO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO**

Ignácio Tavares de Araújo Júnior

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pesquisador visitante na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

O Acordo de Compras Governamentais (Agreement on Government Procurement – GPA), da Organização Mundial do Comércio (OMC), tem como objetivo abrir, com base em princípios de reciprocidade, os mercados de compras governamentais para a concorrência estrangeira e tornar os contratos governamentais mais transparentes. O GPA busca fornecer garantias legais de não discriminação de produtos, serviços ou fornecedores de partes do GPA em aquisições abrangidas pelo acordo. Apesar de permitir o acesso a um mercado de compras governamentais estimado em US\$ 1,8 trilhão, poucos países em desenvolvimento fazem parte do GPA devido, em parte, aos limites impostos pelo acordo na adoção de políticas discriminatórias nas compras governamentais para promoção do desenvolvimento industrial e da equidade e, também, porque esses países teriam baixo potencial exportador nesse mercado.

Em outubro de 2017, o Brasil tornou-se país observador do GPA, o que é um passo importante para melhor compreender como o Brasil pode cumprir os termos do acordo e que efeitos o GPA pode ocasionar no país. Contribuindo para essa discussão, o objetivo deste trabalho é estudar alguns dos efeitos que o GPA pode causar no Brasil. Inicialmente, tal avaliação é feita a partir de um levantamento da bibliografia que trata dos efeitos das políticas de compras públicas não discriminatórias previstas no GPA. Em seguida, será realizada uma análise econométrica para indicar como a entrada no GPA pode influenciar o uso, pelo governo, de bens e serviços importados. Por fim, serão realizadas simulações, em um modelo de equilíbrio geral computável, de possíveis cenários de impactos do GPA no Brasil.

A literatura teórica sobre o tema indica que os efeitos da adoção de políticas não discriminatórias sobre o comércio e bem-estar são condicionados a uma série de fatores, como a importância das compras públicas na demanda total da economia e a estrutura de mercado em que os fornecedores do governo estão inseridos. Entretanto, os estudos empíricos não

apontam claramente os impactos que a adesão GPA pode induzir. Dados da World Input-Output Database (WIOD) indicam que na sequência da entrada de alguns países no GPA houve um aumento na participação de produtos importados nas compras públicas.

Os resultados no modelo de equilíbrio geral indicam que uma substituição de fornecedores locais por estrangeiros, na ausência de qualquer política de compensação comercial, pode gerar perdas de empregos na economia. Por sua vez, caso o Brasil aumente sua participação em 1 ponto percentual (p.p.) nas vendas para os países-membros do GPA, haveria ganhos para a economia em termos de crescimento da produção e do emprego que poderiam compensar as perdas geradas pelo aumento das importações. Caso a entrada no GPA gere ganhos de eficiência para o setor público, mesmo na ausência de políticas compensatórias de exportações, existiram ganhos de produção, emprego e bem-estar para as famílias. No caso desse estudo, esse aumento de eficiência foi gerado por um aumento de apenas 1% na produtividade do setor público.

SUMÁRIO EXECUTIVO